Para a Igreja Católica Brasileira, decisão de Lefebvre é "retrocesso"

O bispo-auxiliar da diocese de São Paulo e coordenador geral da Pastoral Social da Igreja Católica Apostólica Brasileira (Icab), d. Geraldo Albano de Freitas, 69, afirmou à Folha que o arcebispo tradicionalista francês d. Marcel Lefebvre —que ordenou ontem 16 padres e hoje deve fazer o mesmo com quatro bispos em Écone, Suíça, contra as ordens do papa, configurando um novo cisma na Igreja Católica Apostólica Romana— "embora tenha as suas razões, está fazendo algo que representa um atraso e um retrocesso, por defender a volta da missa em latim e um modelo hierárquico antiquado, impedindo o caminho do diálogo religioso".

A Igreja Católica Apostólica Brasileira (com cerca de 50 bispos, em todo o país) é uma dissidência da Igreja Católica Apostólica Romana e foi fundada em 6 de julho de 1945, no Rio de Janeiro, pelo antigo bispo de Botucatu (SP), d. Carlos Duarte Costa, morto em março de 1961.

Para d. Geraldo Albano de Freitas—casado há 34 anos, com uma filha e três netos—, d. Marcel Lefebvre "inaugurará, com seu cisma, uma outra expressão do catolicismo, mesmo antiquada e oposta ao Concílio Vaticano 2º e ficará fora da comunhão romana, mas não da Igreja de Jesus Cristo".

Por isso, em sua opinião, a excomunhão que sofrerá, por decisão do papa, caso ordene os bispos, terá um efeito "apenas relativo". D. Albano afirmou que a Igreja "é o conjunto dos fiéis batizados pela água, em nome do Pai, do Filho e do Espírito Santo e que reconhecem Jesus Cristo como o único salvador", podendo ser católicos romanos, brasileiros, anglicanos, ortodoxos, presbiterianos ou batistas, "já que Jesus não criou nenhuma denominação confessional específica e a palavra 'católica' quer dizer universal.

Bispo de Maura

Bispo de Maura
Segundo d. Albano —autor do livro
"Abençoada Rebeldia", sobre a história da Icab— o ideal de uma Igreja
Católica nacional no Brasil vem do
Segundo Império e um dos maiores
adeptos dessa idéia foi o Regente
Feijó.
D. Carlos Duarte Costa —fundador
da Icab, que tinha o título de bispo
de Maura— teve na raiz de seu
cisma conflitos políticos, eclesiológicos e teológicos com o Vaticano.
Participou da Revolução Constitucionalista de 1932, formando um batalhão em Botucatu. Como opositor de
Getúlio Vargas, foi preso em 1944,
acusado de "comunista".

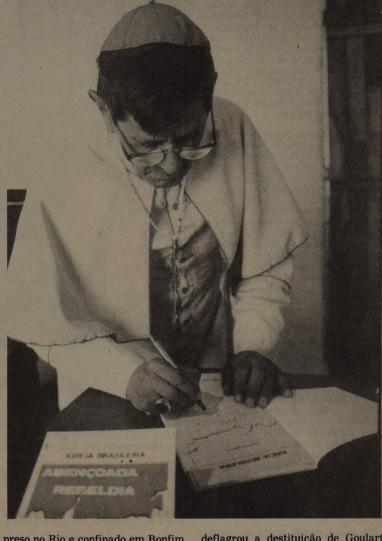
Um ano depois, lancou o seu

Getulio Vargas, foi preso em 1944, acusado de "comunista".

Um ano depois, lançou o seu "Manifesto à Nação", considerado o documento básico da Igreja Católica Apostólica Brasileira. No plano político, d. Carlos simpatizava com a Revolução Russa de 1917, no momento em que, o integralismo exercia forte influência sobre o episcopado católico romano do Brasil. Na eclesiologia, negava a infatibilidade do papa, considerando-o apenas como bispo de Roma e não da Igreja universal, além de defender eleições diretas para os bispos, o fim do celibato obrigatório para os padres e a liturgia em língua nacional.

No plano teológico, o d. Carlos Duarte Costa defendia a livre interpretação da Bíblia, aceitava o ecumenismo e o divórcio "em termos evangélicos" e reconhecia na umbanda e no espiritismo "maneiras paralelas de ser cristão".

Em julho de 1944, d. Carlos foi



preso no Rio e confinado em Bonfim (MG), "a pedido do núncio apostólico e do arcebispo do Rio de Janeiro", segundo afirma no seu "Manifesto à Nação".

Em 1945, foi excomungado por Pio 12 por ter participado de um comício ao lado do líder comunista Luíz Carlos Prestes e por ter feito o prefácio da edição brasileira do livro "O Poder Soviético", do arcebispo anglicano Hewlett Johnson, em defesa do comunismo soviético.

Perseguição

D. Albano conta que os bispos, padres e adeptos da Icab foram perseguidos pelo governo e pela Igreja Católica Romana. No período pré-64, bispos da Igreja Católica Apostólica Brasileira apoiaram o governo de João Goulart e um deles, d. Vítor Pupo, chegou a participar do comício da Central do Brasil, que

deflagrou a destituição de Goulart pelos militares.

Após o movimento militar de 1964, a Icab dividiu-se em correntes que defendiam a oposição aos militares e outras que pretendiam aliar-se com os novos governantes. Hoje, a Igreja Católica Apostólica Brasileira também tem correntes "progressistas" e "conservadoras", mantendo diálogo com a CNBB e outras confissões cristãs.

(DA)



Agendas

Executivo